

Nota Breve 03.05.2024

Portugal – Défice das contas públicas até março (ótica caixa)**Resumo**

- **O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas (AP), na ótica de caixa, ficou em cerca de -0.4% do PIB no acumulado do 1T 2024¹**, o que compara com um excedente de 3.1% em igual período de 2023. Este comportamento é explicado por um aumento da receita substancialmente inferior ao da despesa (4.3% e 15.1% homólogo, respetivamente).

Avaliação

- Os **dados consolidados da execução orçamental para o 1T 2024 (ótica de caixa) apontam para um défice orçamental de 0.4% do PIB** (-259 milhões de euros), o que compara com um excedente de 3.1% em igual período do ano passado (2,040 milhões de euros). Esta deterioração é explicada pelo crescimento da despesa superior ao da receita.
- Mais concretamente, **a receita aumentou 4.3% homólogo no acumulado do 1T**, o equivalente a um aumento superior a 1,020 milhões de euros face a igual período de 2023. Mais de 60% deste crescimento é explicado pelas contribuições para a Segurança Social (+641 milhões face ao 1T 2023). Em sentido contrário, a receita fiscal caiu em termos homólogos (-0.3%), um comportamento explicado pela queda dos impostos indiretos, principalmente derivado do comportamento do IVA. De facto, face ao 1T 2023, a arrecadação de receita em sede de IVA reduzir em quase 350 milhões de euros, o que deverá ser justificado pela desaceleração da taxa de inflação².
- Por sua vez, **a despesa aumentou 15.1% homólogo** (+3,322 milhões de euros), um aumento explicado, em mais de 80%, pelas transferências correntes e as despesas com pessoal. De facto, as transferências correntes aumentaram quase 23% homólogo (o equivalente a mais de 2,200 milhões de euros), perante a atualização ordinária das pensões no início do ano e de acordo com o inscrito no OGE 2024³, o aumento do número de pensionistas (+1% de acordo com a DGO) e a incorporação da atualização extraordinária executada em julho de 2023 (o que implica que, até junho 2024, a comparação homóloga seja adversamente afetada por este efeito). Neste contexto, se ajustarmos o crescimento das transferências correntes a este e outros fatores de menores dimensões, estas teriam crescido menos de 14%, o que implica que, mantendo-se tudo o resto constante, o défice orçamental passaria a um excedente de quase 700 milhões de euros. O mesmo acontece com as despesas com pessoal (que aumentaram 7.8% homólogo, +430 milhões de euros), que são também influenciadas por esta comparação homóloga desfavorável (no caso dos funcionários públicas, a atualização intercalar aconteceu em maio de 2023). Neste caso, este efeito é ainda exacerbado por outros fatores, nomeadamente o pagamento do suplemento remuneratório à PJ, pago em janeiro de 2024 com retroativos desde janeiro 2023.
- **Ainda é cedo para tirar conclusões mais claras sobre a execução orçamental em 2024.** De facto, o início de ano traz sempre maior complexidade na comparação com o ano anterior, perante os diferentes perfis de pagamento de despesa e/ou recebimento de receita. A isto, junta-se a ausência ainda de clareza quanto às principais medidas de política que o novo Governo irá implementar ou que se virá obrigar a executar. Neste contexto, importa ter presente que a provável desaceleração da atividade económica (em Portugal e nos restantes parceiros europeus) e da inflação em 2024, juntamente com outros fatores de pressão (como a manutenção dos custos de financiamento em níveis ainda elevados) são riscos que continuam a ensombrar as finanças públicas.

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2024.

² A taxa de inflação média no 1T 2023 foi de cerca de 8%, o que compara com 2.2% no 1T 2024.

³ De recordar que os aumentos das pensões foram entre 5% a 6% no início de 2024.

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

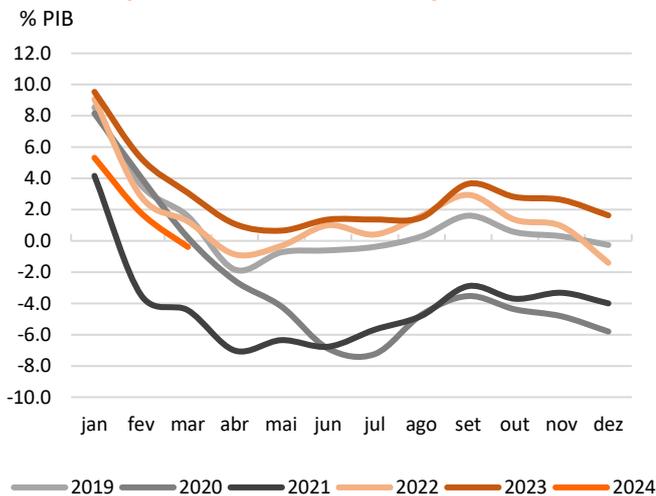
(Dados acumulados no ano até março; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

janeiro-março	2019	2021	2022	2023*	2024	Var. 2024 vs 2019	Var.2024 vs 2023 (milhões euros)
Receitas	40.8	35.7	36.9	36.2	37.8	-3.1	1,023
Receita Fiscal	23.0	19.2	20.4	20.0	20.0	-3.0	-35
Contribuições Seg.Social	11.0	10.2	9.9	10.1	11.0	0.1	641
Despesas	40.6	40.2	35.6	33.2	38.2	-2.5	3,322
Despesas com pessoal	9.6	9.4	8.6	8.3	9.0	-0.6	430
Transferências Correntes	17.7	18.8	15.8	15.0	18.4	0.7	2,268
Aquisição Bens e Serviços	5.9	4.9	4.8	4.7	5.1	-0.8	227
Juros	3.7	3.3	2.8	2.0	2.1	-1.6	78
Investimento	2.2	2.1	2.0	1.9	2.0	-0.2	64
Saldo Orçamental	0.2	-4.4	1.2	3.1	-0.4	-0.6	-2,299

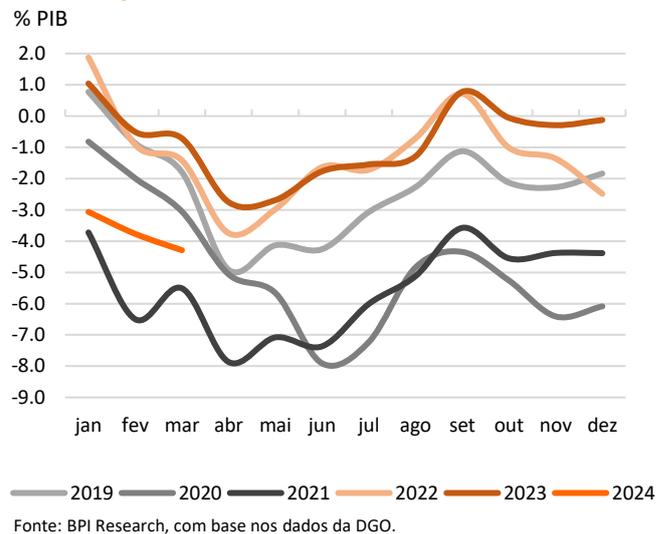
Nota (*): valor ajustado da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental por Subsectores

Saldo Orçamental das Administrações Públicas

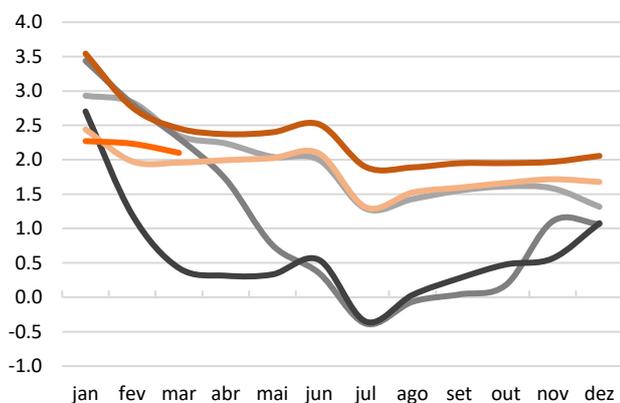


Saldo Orçamental do subsector Estado



Saldo Orçamental da Segurança Social

% PIB

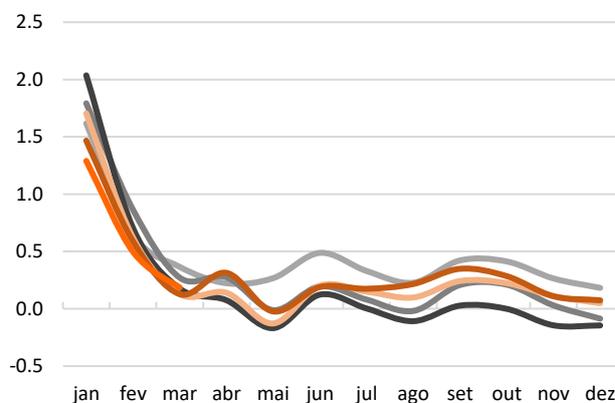


— 2019 — 2020 — 2021 — 2022 — 2023 — 2024

Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Adm. Regional e Local

% PIB



— 2019 — 2020 — 2021 — 2022 — 2023 — 2024

Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Banco BPI, SA - 2024

Vânia Duarte, BPI Research

 e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt
AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.